

O romance histórico e outras aproximações entre a História e a Literatura

PHILIPPE LUIZ TRINDADE DE AZEVEDO

Graduando do 8.^o período do Curso de História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), orientado pelo Prof. Dr. Johnni Langer e pela Prof.^a Ms. Luciana de Campos.
e-mail: philipe.azevedo021@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo fazer um levantamento teórico apresentando as diversas formas de interação entre literatura e história / realidade e ficção, demonstrando que essas duas disciplinas, há muito tempo, caminham juntas, com o intuito de produzir discursos e representações da realidade, e que a literatura, desde os seus primórdios, vem configurando-se como um grande parceiro do fazer historiográfico. O intuito maior que esperamos é explicar como se alcança a configuração do romance histórico, gênero literário do século XIX que mescla literatura e história, cujas características principais teriam se concretizado a partir dos romances de Walter Scott.

Palavras-chave: Literatura; história; ficção; romance histórico.

Résumé: Cet article vise à présenter une approche théorique sur les différentes formes d'interaction entre la littérature et l'histoire / réalité et fiction, ce qui démontre que ces deux disciplines, pendant une longue période, vont de pair afin de produire des discours et des représentations de la réalité, et que la littérature depuis sa création a été configuré comme un excellent partenaire pour l'historiographie. Le plus grand but est d'expliquer comment nous nous attendons à atteindre la configuration du roman historique du genre littéraire du XIXe siècle qui fusionne la littérature et l'histoire, dont les principales caractéristiques ont été réalisées à partir des romans de Walter Scott.

Mots-clés: Littérature; histoire; fiction; roman historique

Ao contrário do que se supõe, a relação entre a história e a literatura não está focada apenas no século XIX, com a instituição do romance histórico. Essa parceria pode ser apontada desde a Antiguidade, com as narrativas míticas e heroicas. Para afirmar isso, nos baseamos na discussão teórica proposta por Alcmeno Bastos (2007) e Ludmilla Mello (2008). Ambos os autores remetem seus estudos à Antiguidade Clássica, destacando a constante presença do ficcional e do real na constituição do fazer histórico.

Bastos exemplifica destacando que “a *Iliada*, que se supõe ter sido escrita por Homero no século VIII ou IX a. C. e marca o início da própria literatura ocidental, combinava *mito e história*” (BASTOS, 2007, p. 15). Mello, em seu texto, aponta que “na Antiguidade clássica, a invenção de discursos pelos historiadores que afirmavam dizer que a verdade não era considerada uma prática aética. Em outras palavras, escritores gre-

gos e seus públicos não colocavam a linha divisória entre história e ficção no mesmo lugar em que os historiadores a colocam hoje (ou foi ontem?)” (BURKE apud MELLO, 2008, p. 124).

Homero exemplifica de maneira coerente essa junção entre mito e história, já que a *Iliada* tem como função narrar os fatos acontecidos durante a guerra de Troia, que se deram três ou quatro séculos antes de sua redação, e a carência de manuscritos sobre a guerra dá vazão para que o autor explore de maneira profunda o ficcional acima do real. E isso em momento algum desmerece o conteúdo da obra.

Na Antiguidade, também observamos que os diálogos giram em torno de definir qual das duas ciências é mais importante. Platão e Aristóteles, em momentos distintos, discutem qual dessas duas ciências teria uma maior importância sobre a outra: “[...] Em Platão temos a questão do valor da história e da literatura, sendo a primeira superposta à segunda, uma vez que a literatura seria imitação. Com Aristóteles, ao contrário, temos a literatura colocada em segundo plano, porque a verdade desta é particular e da segunda é geral” (COSSON; SCHWANTES, 2005, p. 30). Ao ler a citação, chegamos à conclusão que as opiniões acerca das fronteiras dessas duas disciplinas já se dividiam, algo que não difere dos teóricos contemporâneos e que nos faz pensar também que tais diálogos só podem apontar para a existência de uma produção intensa que mesclava história e literatura, e que instigava os teóricos.

As proximidades entre a história e a literatura não se perdem na Antiguidade. Engana-se quem acredita que essas práticas tenderam para a separação. Maria Geralda de Miranda (2008) destaca algo de muitíssima importância que torna essas duas modalidades (a história e a ficção) comuns, “que é o fato das duas formas de composição discursiva serem elaboradas através da narrativa e se dirigirem a um leitor que acaba estabelecendo um pacto com aquele que está fazendo o relato” (MIRANDA, 2008, p. 1). Ainda em seu texto “Metaficção historiográfica: uma tensão criativa entre literatura e história”, a autora nos brinda ao afirmar algo que vem muito a acrescentar: “o que se lê nos romances aqui abordados é também uma possível ‘verdade’, reelaborada pela ficção” (MIRANDA, 2008, p. 7). Essa citação traduz o sentimento que pretende ser exposto no decorrer deste artigo, o de que a literatura, desde os seus primórdios, mas principalmente desde o século XIX, vem configurando-se como um grande parceiro do fazer historiográfico, contribuindo para a formação da identidade nacional e para a reinterpretação de fatos ocorridos.

Reforçando a ideia de que as proximidades entre a história e a literatura não se perdem na Antiguidade Clássica, deparamo-nos com a Idade Média, quando o histórico e o literário foram se tornando cada vez mais próximos, chegando a se confundir. Sonia Fernandez (2008) exemplifica isso, afirmando que muitos medievalistas tentaram classificar os textos ibéricos que alternam crônica e os chamados livros de linhagem (classificar em: lenda, mito, ficção e tradição), porém ao fazerem isso muitas narrativas que foram consideradas históricas em um momento passaram a ser consideradas literárias em outro.¹

¹ Sobre o assunto ver: FERNANDEZ, Sonia Inez. “O jeito ‘romance’ de fazer história”, in: *Revista de literatura, história e memória*. Cascavel, v. 4, n. 4, p. 103-116, 2008.

Mas o que nos chama mais a atenção é a análise ao mesmo tempo sentimental e extremamente profunda de Márcia Maria de Medeiros (2008). A autora articula-se expondo introdutoriamente em seu texto “Romance de Cavalaria: tessituras entre arte e mito na literatura medieval”, que a literatura, aparentemente independente de seu período de produção, é um grande fenômeno que se originou das relações humanas e que se objetiva em representá-las. “Toda ficção literária se origina dessa translação nos significados das palavras que se referem ao humano, às necessidades dos homens e dos movimentos sociais, ao espaço em que a sociedade se organiza e às relações sociais que se estabelecem entre os pequenos e os grandes grupos humanos” (MEDEIROS, 2008, p. 2). Nessa citação percebemos que o real é posto como marco inspirador para o literário.

No começo deste texto, falamos sobre a *Iliada* e como nos deparamos com a grande carga mítica que é vista por muitos como um grande fator enriquecedor da obra e presença mais que necessária na construção épica. Observe como é possível apresentar uma continuidade, na Idade Média, das expressões que tomamos consciência ao citar as narrativas míticas da Antiguidade Clássica:

A tradição épica da literatura medieval carrega em si muito dessa proporção mítica, simultaneamente histórica e lendário. Os heróis dessa tradição tornam-se fabulosos, descendendo de um pai que não o é menos. O rei Artur exemplifica esse processo: filho de Uterpendragon (Uter-cabeça-de-dragão) é um personagem mitológico que se designa como o rei dos mistérios revelados, grande senhor da guerra de façanhas inenarráveis, dizimador de exércitos e castelos. A representação desse Artur mitológico é enaltecida pela forma sempre presente do Artur histórico, provavelmente um caudilho que auxiliou nas batalhas contra os romanos nos idos anos dos séculos V ou VI e que serviu como fonte de inspiração para os romances que falavam sobre sua heróica figura (MEDEIROS, 2008, p. 3).

Ao ler o que foi proposto anteriormente, damos conta da forte presença do maravilhoso. E devemos isso à configuração que o romance de cavalaria passa a demonstrar a partir do século XII. É possível notar nessa forma de produção uma grande mescla de elementos laicos com elementos da educação cristã medieval. Salientando-se que muitos desses elementos laicos têm origem em práticas e rituais pré-cristãos. Dessa mescla podemos observar como é possível identificar nas novelas de cavalaria a volta ao individualismo que dá destaque a um personagem colocado como herói.

Nos romances arturianos, percebemos uma retomada da temática celta que poderíamos associar a um desejo de avivamento das origens pré-cristãs que a certo modo nunca se perderam no imaginário laico. Há pouco destacamos uma citação que tratava do caráter maravilhoso de Artur, provavelmente inspirado em um Artur histórico. Há autoras que expressam uma opinião interessante acerca disso, afirmando que a carga mítica exerce um papel fundamental para a conservação da história “[...] e, por isso a memória histórica só subsiste na medida em que ela se aproxima e se confunde com os conteúdos míticos” (MAGALHÃES; TESTA; TEIXEIRA, 2006, p. 5). Portanto, “o maravilhoso é, assim, compreendido como reflexo da alma popular na consciência cultural” (MAR-

TINHO, 2007, p. 4). A presença de heróis (como Aquiles e Artur) que fazem feitos inimagináveis e que despertam um sentimento de identidade popular são elementos característicos do que viria a ser o romance histórico.

Mas para chegarmos à configuração sólida que o romance histórico alcançou no século XIX, muitas questões precisam ser tratadas, muitos elementos enunciados e muitos pontos de semelhança entre História e Literatura discutidos.

Por exemplo, Jacques Leenhardt (1998) faz comentários pertinentes acerca do binômio história narrativa e acaba explorando um lado fundamental desta questão, dialogando incessantemente com Sandra Pesavento (1998), que chega à conclusão de que o resultado da atividade científica do historiador não é tanto enunciar fatos verdadeiros quanto mostrar a sua, feita como história e sua narratividade.² A narratividade aqui despertaria uma discussão necessária em que os historiadores a tomam como uma questão um tanto quanto importante, pois a narrativa é que introduz toda a noção de temporalidade, seria o método pelo qual se articularia o passado.³ Tão interessante quanto essa questão é a proximidade entre história e literatura articulada por ambos os autores (Leenhardt e Pesavento), que expressam que o que torna essas disciplinas de certa forma parceiras é a necessidade de despertar o sentimento de verossimilhança no leitor.

E os autores citados não são os únicos a defenderem sinais de aproximação entre a escrita histórica e a escrita literária. Basta observar o texto em destaque que vem a seguir: “[...] A historiografia deve utilizar-se das variações e criatividade que podem ser constatadas nos diversos níveis da narrativa literária. Desse modo, incorporaria no próprio discurso o caráter inerente relativo a todo conhecimento sobre o passado” (SANTOS, *apud* MENDONÇA, 2003, p. 4).

Leenhardt ainda afirma que essas duas disciplinas, a história e a literatura, se diferenciam apenas em seu método, pois têm o mesmo objetivo. Nota-se que “Balzac e Machado de Assis descreveram sua época, assim como Aluisio de Azevedo e Caio Prado Jr. o fizeram” (LEENHARDT, 1998, p. 43).

Tomamos consciência então que história e literatura são grandes artifícios para a reconstrução de fatos, e a ampla utilização de ambos é um meio para a formação social dos indivíduos. Ao mesmo tempo, essas disciplinas reconstituem a formação do homem e auxiliam na contínua formação de outros homens.

Mas para entender isso utilizo novamente Leenhardt, que discute a necessidade crescente da leitura. “A dupla literatura – leitura reside numa necessidade social que se pode aproximar de uma necessidade de conhecimento” (LEENHARDT, 1998, p. 45). História e literatura não se tornaram tão importantes por acaso, sua ampla utilização na reconstituição do processo social é fruto de uma constante necessidade de conhecimen-

² Sobre o assunto ver: LEENHARDT, Jacques. *A construção da identidade pessoal e social através da história e da literatura*, in: LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra (org.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

³ Sobre o assunto, ver: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A hora da estrela: história e Literatura, uma questão de gênero?*, in: *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007.

to, como sabiamente destacado anteriormente. A literatura é vista, principalmente pela ideologia das Luzes, como um forte fator atuante contra o processo de obscurantismo.

E essa ampla utilização da leitura proporciona a criação de um maior interesse pela história, graças ao uso do gênero romance histórico. “Pela vida afora defendi que uma grande quantidade de pessoas muito gosta de História, desde que as informações a respeito sejam dadas a elas de maneira simples e agradável, como é o caso de boa parte dos romances – históricos” (KLUEGER, 2008, p. 1).

Afinal, o que é o romance histórico de que tratamos aqui? O romance tal qual o conhecemos hoje surgiu no século XVIII, nascido de uma inquietação nacionalista de se conhecer o passado e por uma necessidade de afirmação da sociedade burguesa. Georg Lukács (s.d.) faz uma análise interessante a esse respeito afirmando que o “romance é a epopéia burguesa, sim, desprovida, porém, da antiga grandeza, pois agora o poeta não mais pode ser o cantor de uma comunidade, já que a sociedade de que faz parte está dividida em classes que se antagonizam a partir de interesses divergentes” (LUKÁCS *apud* BASTOS, 2007, p. 54). Buscando-se definir seus parâmetros e seus objetivos desenvolveu-se uma instituição, no século XIX, chamada de romance histórico. Lukács e Bakhtin concordam, segundo Alcmeno Bastos (2007), que o romance é um gênero não-acabado. O que levaria o mesmo a manter relações com gêneros extraliterários.⁴

O fato de o romance ter de se afirmar num quadro teórico no qual as posições já estavam marcadas, com abundante conceituação dos gêneros literários e suas respectivas modalidades, levou-o, segundo os estudiosos, a contrair alianças com formas discursivas que lhe abonassem a seriedade, evitando ser confundido com o fantasismo delirante do velho romance medieval. Dentre essas formas discursivas, a que lhe estaria mais próxima era a história (BASTOS, 2007, p. 10).

Os estudiosos afirmam que o romance histórico é uma modalidade específica de romance que combina “duas fortes tendências do Romantismo: a revalorização evasíonista do passado e o nacionalismo exaltatório dos valores, das figuras e das tradições locais” (BASTOS, 2007, p. 62). Esse gênero teria surgido no início do século XIX, com Walter Scott. O romance histórico buscaria um retorno ao passado de grandes feitos e realizações de onde se tirariam elementos compositores do sentimento nacionalista e do revigoreamento patriótico. O mesmo trataria da apropriação e uso literário de fatos históricos correspondentes a um determinado período e/ou fase histórica de certo grupo social.

O romance histórico do século XIX, parafraseando Rildo Cosson e Cintia Schwantes fazia da história um cenário para o exercício da ficção. Os personagens históricos explicitavam seus atos regidos muitas vezes por impulso misturando história e romance, criando uma relação de reciprocidade em que “[o romance] subscrevia aquela [a história] confirmando o seu valor e a sua verdade para o grande público” (COS-

⁴ Sobre o assunto ver: BASTOS, Alcmeno. “Romance histórico: ou romance ou histórico, hibridismo incontornável”, in: *Introdução ao romance histórico*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

SON; SCHWANTES, 2005, p. 32). As obras de Walter Scott marcam uma nova tendência, suas publicações passam a afirmar-se como um grande meio de reconstituição do passado; o mesmo é visto como grande revitalizador desse estilo que mescla história e ficção.

O século XIX marca a construção das identidades europeias, abrindo as cortinas para um cenário em que se definiriam espaços, fronteiras, passados privilegiados e tradições culturais. Não nos esqueçamos também de algo que parece óbvio, mas que talvez faça uma grande diferença, que é o fato de que “o interesse pelo passado, sobretudo nacional, é um dado inquestionável de toda a *estética romântica* (grifo nosso)” (MARINHO, 1992, p.97). Acrescenta-se que durante o “Romantismo, época em que se definiam as diferentes nacionalidades europeias e americanas, o romance histórico desempenhou importante papel na construção das nacionalidades/identidades que almejavam se afirmar pela diferença” (BAUMGARTEN, 2000, p. 169). O século XIX é um século de busca da afirmação da história como ciência, quando a mesma chama para si a atenção de intelectuais ao mesmo tempo em que contribui para a “criação de universos, simultaneamente fictícios e referenciais” (MARINHO, 1992, p.97). A narrativa histórica e ao mesmo tempo literária resultante de toda essa construção oitocentista deve suscitar no leitor (por menos informado que ele seja) a identificação de determinada comunidade. Observe abaixo detalhadamente todas as características pertencentes ao dito romance histórico clássico:

a – traçam grandes painéis históricos, abarcando determinada época e um conjunto de acontecimentos; b – a exemplo dos procedimentos típicos da escrita da História, organizam-se em observância a uma temporalidade cronológica dos acontecimentos narrados; c – valem-se de personagens fictícias, puramente inventadas, na análise que empreendem dos acontecimentos históricos; d – as personalidades históricas, quando presentes, são apenas citadas ou integram o pano de fundo das narrativas; e – os dados e detalhes históricos são utilizados com o intuito de conferir veracidade à narrativa, aspecto que torna a História incontestável; f – o narrador se faz presente, em geral, na terceira pessoa do discurso, numa simulação de distanciamento e imparcialidade, procedimento herdado igualmente do discurso da História (LUKÁCS, *apud* BAUMGARTEN, 2000, p. 170).

Mas apesar de possuir um método e características bem definidas, não podemos esquecer que o autor possui liberdade dentro da criação, não se prendendo apenas à recriação do verídico, mas entregando-se à construção mágica do texto feito a partir da imaginação e da fantasia literária. Apontamos então o que Alexandre Herculano destaca ao comentar o romance histórico português: “Deste modo, sendo hoje dificultoso separar, em relação àquelas eras, o histórico do fabuloso, aproveitei de um e de outro o que me pareceu mais apropriado ao meu fim” (HERCULANO, *apud* MARINHO, 1992, p. 99). Os romances históricos geralmente têm heróis fictícios como protagonistas, algo que possibilita uma maior liberdade de criação para o autor.⁵ Agora vejamos como o

⁵ Essa característica é observável no clássico romance *Ivanhoé*, de Walter Scott.

histórico e o literário se mesclam para a produção do romance histórico, observando a citação abaixo, que parece nos dar a real impressão de como essas duas modalidades se juntam para formar um gênero novo e como é possível ao mesmo tempo destacar a dupla funcionalidade da narrativa que não chega a ser puramente fictícia.

O romance histórico como sugere a denominação e como bem notou Manzoni, estava fadado ao hibridismo: como *romance*, era ficção, isto é, a matéria narrada resultava da livre invenção do escritor, que delegava a um narrador, normalmente em terceira pessoa, a responsabilidade pela mimese do real humano; como *histórico*, escapava dos limites da ficcionalidade pura e se pretendia documento, pois nele o leitor reencontraria elementos verídicos (datas, nomes, eventos, lugares, etc.) tomados de empréstimo à história (BASTOS, 2007, p. 66).

E essas características prevalecem com o passar do tempo. Na verdade, a configuração do romance histórico conquista grande popularidade, espalhando-se pela Europa e pelo restante do mundo. Muitos romances são produzidos durante os séculos XIX, XX e permanecem ainda no século XXI. Ressalta-se, é claro, que a intensa produção de romances históricos não segue integralmente os padrões *scottianos* (romance histórico clássico) durante todo o percurso, e no século XIX já é possível observar transfigurações; porém sabe-se que as retomadas ao gênero clássico são comuns (mesmo no século XXI, quando outras vertentes do romance histórico já se cristalizaram). Samarkandra Pimentel (2010) nos confirma ao dizer que “[Lukács] apresentou algumas obras de outros escritores que não seguiram, rigorosamente, o modelo que se instaurou com o escritor escocês [Walter Scott]. Pois, em meados do século XIX, já havia romances que romperam com determinados elementos do paradigma tradicional” (PIMENTEL, 2010, s/p).

O romance histórico surge no Brasil já no século XIX, incentivado – ainda que de forma indireta – por D. Pedro II que, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, financia pesquisas que atuam com o objetivo de redigir uma História da nação brasileira (uma História com raízes ibéricas, é claro!). “E esse interesse pela nossa História leva os escritores a substituir as epopéias pelos poemas políticos e o romance histórico” (MELLO, 2008, p. 127).

(...) a confiança na grandeza do país, que do terreno material se refletiria no da cultura; a necessidade da independência como chave desse processo; a função construtiva do patriotismo; sobretudo a noção de que o nosso futuro dependia duma incorporação da tradição europeia ao ritmo do novo mundo, dum esforço para transfundir nas nossas veias a virtude mágica daqueles “dons”, que contemplávamos deslumbrados “junto dos mares” mal saídos do confinamento colonial (CANDIDO, *apud* MELLO, 2008, p. 126).

O romance histórico no Brasil surge expressando os mesmos sentimentos nacionalistas ditados na Europa. Na verdade, acabamos adotando o modelo de civilização europeu disfarçando as mesclas culturais resultantes de nossa colonização ibérica.

Vera Figueiredo (2002), sobre este assunto, fala de um processo de homogeneização em que se trabalha com a ideia de esquecimento, “a construção da memória nacional se realiza através do esquecimento. Ela é o resultado de uma amnésia seletiva. Esquecer significa confirmar determinadas lembranças, apagando os rastros de outras, mais incômodos e menos consensuais” (ORTIZ, *apud* FIGUEIREDO, 2002, p. 4). Esses alicerces são percebidos até os idos do século XX. “No caso brasileiro, podemos afirmar que, após os anos 1970 [do século XX], assistimos ao aparecimento de um grande número de romances voltado para a recuperação e a escrita da história nacional, que é revisitada em seus diferentes momentos” (BAUMGARTEN, 2000, p. 170). Observa-se, na verdade, durante esse período (pós-década de 1970), o que podemos chamar de *novo romance histórico brasileiro*, que se preocupa não somente com a reconstituição de fatos históricos como também faz uma análise do processo literário do país. Carlos Baumgarten (2000) preocupa-se em destacar as novas características que o *novo romance histórico brasileiro* assume, após a década de 1970 do século XX.⁶ Observemos as características abaixo:

a – consciência da impossibilidade de determinar, por meio do discurso/palavra, a incontestável verdade histórica; b – concepção de que História é imprevisível, opondo-se, conseqüentemente, àqueles que vêem na História um caráter cíclico; em verdade, desenvolve-se a idéia de que os mais surpreendentes e inesperados fatos podem ocorrer; c – consciente distorção da história por meio de omissões, exageros e anacronismos, aspecto responsável pela ruptura da linearidade temporal característica do gênero; d – utilização de personagens históricos como protagonistas das narrativas; e – caráter meta-ficcional, ou o comentário do narrador sobre o processo de criação de seu próprio texto; f – natureza intertextual, à medida que o romance é construído como um mosaico de citações; em outras palavras, o texto pode ser visto como absorção e a transformação de um outro texto, obrigando a leitura da linguagem poética pelo menos como dupla; g – caráter paródico com relação a outros textos que tenham abordado ou não os mesmos fatos da história; h – forma dialógica, irônica e carnalizada, nos termos em que foi proposta por Bakhtin em seus estudos sobre o estilo romanescos (BAUMGARTEN, 2000, p. 175).

Essas modificações apresentadas na estrutura do romance histórico brasileiro podem ser apontadas também na América Latina como uma medida de resistência. Trata-se da constituição de uma forma de literatura que busca atingir um processo de descolonização. Busca-se chegar à verdadeira constituição da nacionalidade do Brasil e dos demais países da América Latina. Poderíamos afirmar que por meio da literatura se busca escrever a história dos vencidos e esquecidos. “A consciência manifesta[da] nos romances históricos de resistência é de que somos os outros o Outro de uma modernidade que teve a Europa como centro e, por isso, fomos negados e obrigados a

⁶ Segundo Baumgarten devemos essa transição e introdução de novas características à publicação de Galvez, *Imperador do Acre* (1975) de Márcio Souza.

seguir um processo de modernização compulsório que nem sempre respeitou às necessidades internas de cada país” (FIGUEIREDO, 2002, p. 5).

O romance histórico, no Brasil e na América Latina, acaba se transformando em objeto de luta que busca afirmar as diferenças, em vez de negá-las; o gênero tornou-se “mais interessado nos fatos políticos e sociais, convertendo-se em documento de testemunho ou de participação” (JOZEF, *apud* PIMENTEL, 2010, s/p). O objetivo é criar um cenário voltado para o surgimento de críticas, um ambiente que proporcione um diálogo mais real com o passado e mostre personagens que não são marcados pelos caracteres que os mitificam e dão a falsa impressão de deidade. A real intenção é expor seus defeitos, seus medos, sua humanidade. Mas a sua configuração volta a sofrer modificações emergindo para um novo tipo de romance, em que a tensão gerada por esse romance histórico de resistência é substituída pelo humor que critica o passado pelo viés atual.

O humor, nesse caso, não é o instrumento através do qual se criticam alguns aspectos do passado em nome de um projeto futuro – e sim, uma forma de preencher o espaço vazio deixado pela ausência de projeto (...), trabalham com a crítica de costumes, trazendo à luz aspectos dissolutos da vida privada, motivações mesquinhas que pautam as ações dos poderosos, mas mantêm um nível de heroização de alguns personagens históricos cuja biografia, reproduzida no romance desperta a curiosidade do leitor (FIGUEIREDO, 2002, p. 7).

Nesses últimos parágrafos, acabamos visualizando as fases constitutivas que o romance histórico acabou assumindo nesses três séculos de utilização, desde os clássicos romances de Walter Scott, como *Ivanhoé*, até os outros romances produzidos recentemente como *Angus: o guerreiro de Deus* e *Diário de um cavaleiro Templário*, ambos do brasileiro Orlando Paes Filho. Pôde-se observar três fases distintas: a primeira, conhecida como romance histórico clássico, que preserva as características originais do gênero definidas pelas obras de Walter Scott; a segunda, perceptível no Brasil e América Latina, caracterizada como romance histórico de resistência, rompendo com a historiografia que dita os alicerces para a construção de uma história eurocêntrica; e a terceira, que emprega o humor como enredo crítico para o romance. Nota-se que esse terceiro estilo é perceptível no cinema também, como destaca Vera Figueiredo (2002), ao citar a produção brasileira *Carlota Joaquina: a princesa do Brasil*, dirigida por Carla Camurati, e que satiriza a corte portuguesa, apresentando o Príncipe Regente Dom João como medroso, glutão e inseguro, e sua esposa Dona Carlota Joaquina como uma promíscua incorrigível; ou seja, faz-se a crítica de nossa colonização por meio do humor.

Poderíamos destacar também o fato de muitos romances históricos terem sofrido adaptações para o cinema, como, por exemplo, o conjunto de quatro romances do escritor Jean Guillou, transformados no sucesso de bilheteria sueco *Arn: o cavaleiro Templário*.

O comentário que acabamos de fazer nos dá margem para inserir um tema extremamente pertinente, que é a popularização do romance histórico de tema medieval.

Ou poderíamos sugerir a sua retomada, pois que os romances de Walter Scott já apontavam para uma disposição para o tema. Os romances de Jan Guillou, citados anteriormente, são apenas um pequeno exemplo disso. Poderíamos enunciar também o autor brasileiro Orlando Paes Filho, que se dedica à escrita de romances com tema medieval.⁷ Muitos autores são inspirados pelo ideal romântico e cavaleiresco criado sobre o período. Talvez essa característica seja fruto de obras como a *Demanda do Santo Graal*, *Tristão e Isolda*, entre outras.

A cavalaria é muitíssimo explorada, o que poderia explicar um recorrente modismo sobre a literatura de tema templário. Há um levantamento de obras com esse perfil feito pelo pesquisador Manuel Gandra, que se encontra disponível para acesso pelo grande público. O autor redigiu um catálogo de obras literárias escritas originalmente em língua portuguesa e/ou obras traduzidas para o português que tratam da figura do cavaleiro templário, dividida em seis categorias: romance histórico e prosa novelística, lírica trovadoresca, matéria da Bretanha, ópera e teatro, poesia, miscelânea.⁸

Analisando as categorias usadas por Gandra, notamos claramente que o tema medieval não está sendo empregado apenas em romances históricos, e isso já é de conhecimento daqueles que acompanham o mercado editorial, que vem cedendo espaço a romances que fazem mais a linha romance policial.⁹

Mas, enfim, seja como for a forma de manifestação, esse artigo se propôs a traçar e apontar as diferentes maneiras de interação entre a história e a literatura, entre o real e o fictício, e mais do que isso, tentou articular as possibilidades de transmissão do conhecimento histórico ressaltando as palavras de Paul Ricoeur (1997), que afirmou que toda ficção é quase história, tanto quanto a história é quase ficção.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A hora da estrela: História e Literatura, uma questão de gênero. In: *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. O novo romance histórico brasileiro. *Via Atlântica*, São Paulo, n.4, out. 2000. Disponível em: www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via04_15.pdf. Acesso em: 20 julho 2009.

BASTOS, Alcmeno. *Introdução ao romance histórico*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

⁷ Dentre as publicações do autor, destacamos *Angus: o primeiro Guerreiro* publicado em 2003 e *Sangue de Gelo* publicado em 2006.

⁸ Sobre o assunto ver: GANDRA, Manuel. Os Templários e o Templarismo na Literatura Portuguesa e traduzida para o português (sec. XIV-2006). s.i.t.

⁹ São exemplos: *O código da Vinci* de Dan Brown, publicado no Brasil em 2003 e *O último Templário* de Raymond Khoury, publicado no Brasil em 2006.

COSSON, Rildo; SCHWANTES, Cintia. Romance histórico: as ficções da história, in: *Revista Itinerários*, Araraquara, n. 23, p. 29-37, 2005. Disponível em:

www.seer.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/.2804. Acesso em 24 fev. 2011

FERNANDEZ, Sonia Inez. O jeito “romance” de fazer história, in: *Revista de literatura história e memória*, Cascavel, v. 4, n. 4, p. 103-116, 2008.

Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/rlhm/article/view/1206/993>.

Acesso em 13 abril. 2009.

FIGUEIREDO, Vera Follain. O Romance Histórico contemporâneo na América Latina. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.filipe.tripod.com/vera.html>. Acesso em: 7 agosto, 2009.

GANDRA, Manuel. Os Templários e o Templarismo na Literatura Portuguesa e traduzida para o português (sec. XIV-2006). s.i.t. Disponível em:

<http://www.cesdies.net/ordem-do-templo-de-portugal/fsp/temploliteratura.pdf>. Acesso em 3 fev. 2011.

KLUEGER, Urda Alice. O Romance Histórico como Referencial Histórico e Literário na Literatura Lusófona. Blumenau, 13 junho 2008. Disponível em:

http://www.bc.furb.br/sarauEletronico/index.php?option=con_content&task=view&id=728&itemid=34. Acesso em 13 abril. 2009.

LEENHARDT, Jacques. A construção da identidade pessoal e social através da história e da literatura, in: LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra (org.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra; TESTA, Eliane Cristina; TEIXEIRA, Izabel Cristina dos Santos. O imaginário cristão nas novelas de cavalaria e nas cantigas de amor, in: *Revista Mirabilia*, n. 6. 2006. Disponível em:

<http://www.revistamirabilia.com/numeros/num6/art4.html>. Acesso em: 09 julho 2009.

MARINHO, Maria de Fátima. O Romance Histórico de Alexandre Herculano, in: *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, 09. Cidade do Porto, 1992, p. 97-118. Disponível em: <http://ler.letras.usp.pt/uploads/ficheiros/2643.pdf>. Acesso em 24 fev. 2011.

MARTINHO, Cristina Maria Teixeira. “Os *Lais* de Marie de France: entre mitos e utopias medievais”, in: XI Encontro regional da ABRALIC. São Paulo, 2007. *Anais do XI Encontro regional da ABRALIC: literatura, artes & saberes*. Disponível em:

<http://www.abralic.org.br/enc2007/anais/69/1166.pdf>. Acesso em 19 julho 2009.

MEDEIROS, Marcia Maria de. A história cultural e a história da literatura medieval – algumas referências à “escritura” do oral e à “oralidade” do escrito, in: *Fronteiras*, Dou-rados, v. 10, n. 17, jan./jul. 2008. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/64>. Acesso em

20 julho 2009.

MELLO, Ludmilla Giovanna Ribeiro de. Realidade ou criação? Um panorama sobre o romance histórico, in: *Ícone – Revista de Letras*, São Luís de Montes Belos, v. 2, p. 123 – 135, julho 2008. Disponível em: <http://www.slmb.uerg.br/iconeletras>. Acesso em 13 abril. 2009.

MENDONÇA, Carlos Vinicius Costa de; ALVES, Gabriela Santos. Os desafios teóricos da história e a literatura. In: *Revista história hoje*, Ponta Grossa, n. 1, n. 2, dez. 2003. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol1n2/historialiterat.htm>. Acesso em 20 julho 2009.

MIRANDA, Maria Geralda de. “Metaficção historiográfica: uma tensão criativa entre a literatura e história”, in: Congresso de letras da UERJ. São Gonçalo, 2008. *Anais do Congresso de letras da UERJ*. Disponível em <http://www.filologia.org.br/cluerj-sg/anais/ii/completos/mesas/5/mariageraldademiranda.pdf>. Acesso em 20 julho 2009.

PIMENTEL, Samarkandra pereira dos Santos. “Considerações sobre o romance histórico”, in: *Especulo: Revista de Estudos Literários*, Madrid, n. 44, 2010. Disponível em www.ucm.es/info/especulo/numero44/romanhis.html. Acesso em: 24 fev. 2011.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, tomo II, 1997.